

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Aprovado que foi o Programa de Governo para o período 2011/2015, cumpre-nos, num quadro de grandes restrições e rigoroso controlo orçamental, dar cumprimento aos objetivos sufragados maioritariamente com a expressão de aceitação popular que a composição desta Assembleia reflete.

O Orçamento da Região para 2012 analisa-se, no que à secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos diz respeito, pelas opções de investimento e a repartição das despesas correntes e de capital, no que concerne ao funcionamento.

O Orçamento Regional para a SRE corresponde aproximadamente a 17% (356.228.224/2.200 000 000). Trata-se de prever a despesa necessária para o funcionamento de uma Secretaria que tutela áreas tão diversas como a educação, formação, desporto, trabalho e a juventude, a par do Conservatório e do Madeira Tecnopolo. Contamos com a colaboração de aproximadamente 12 mil funcionários (professores e técnicos superiores de educação e de áreas afins). Daí que os compromissos salariais ascendam a cerca de 69% do orçamento global da SRE.

A execução do Orçamento Regional em 2012 não pode ser desligada do contexto que todos vivemos em matéria económico-financeira. E, por outro lado, não podemos perder de vista as prioridades do nosso

sistema educativo e formativo, do sistema desportivo e das políticas para a juventude e para o trabalho, bem como a política de investigação e desenvolvimento tecnológico.

[Apoios ao privado]

Não temos dúvidas de que a oferta pública de educação deve ser analisada numa perspetiva de complementaridade – coexistindo a oferta do Estado a par da oferta dos particulares e da solidariedade social. Trata-se também de garantir às famílias a sua liberdade de escolha quanto ao modelo e ao acompanhamento da educação e da vida escolar dos seus filhos/educandos. Mesmo que se torne necessário proceder a reajustamentos nos diversos sistemas de funcionamento do ensino privado, tudo faremos para que as famílias possam auferir desta liberdade de escolha. Porque somos frontalmente contra o modelo estatal único que invade a esfera que deve ser reservada aos indivíduos e às famílias.

É importante sabermos que cerca de 20% da oferta educativa é garantida pelas instituições privadas e de solidariedade social, que só existem com tal expressão porque a nossa opção é a de as apoiar.

[Desporto]

Com as circunstâncias de carácter económico-financeiro em que somos obrigados a viver no tempo presente, impõe-se-nos o dever de abordar a matéria dos apoios ao desporto de forma cautelosa e criteriosa.

E, aliás, em qualquer circunstância seríamos sempre convidados a olhar esta área de governação à luz de uma nova filosofia que dê lugar a uma prática mais justa, mais eficiente e simultaneamente permita a racionalização dos recursos afetos ao desporto.

Não temos dúvidas de que a política desportiva desenvolvida nos governos da Autonomia foi a mais adequada face às circunstâncias da época e do enorme fomento da prática desportiva que era pretendida e que foi efetivamente conseguida.

Hoje não podemos desistir desses objetivos. Mas temos de olhar à nossa volta e compreender que se torna absolutamente necessário contribuirmos para o esforço de reajustamento das nossas finanças e economia.

Contamos, para isso, com a colaboração dos inúmeros agentes desportivos e respetivas instituições. Sabemos que, com eles, seremos capazes de identificar os procedimentos e técnicas organizativas mais favoráveis, tendo em vista obter ganhos de eficiência que nos levarão seguramente a aspirar e a conseguir os mesmos sucessos desportivos que têm valorizado o mérito dos nossos atletas e clubes ao longo dos anos – ainda que disponhamos de menos recursos financeiros, no momento presente.

De facto, o ORAM, nas matérias relacionadas com o desporto, apresenta-se mais reduzido face às projetadas medidas em que se enquadram os apoios ao desporto.

Importa também realçar o apoio aos clubes pelos custos de insularidade. O princípio constitucional da continuidade territorial atribui ao Estado português o dever de assegurar as despesas de deslocação dos atletas da Região Autónoma da Madeira para a participação em competições nacionais. **Tem sido um princípio incumprido pelo Estado Português.** Teremos de onerar o atual orçamento com mais uma verba para também aqui suprir a ausência do estado Português.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

[Educação]

Em matéria de Educação não me deterei nos projetos específicos. São públicos, conhecidos e reconhecidos. São a nossa forma de ser diferentes e de aproveitar a nossa dimensão para sermos inovadores. Satisfeitos, quando vemos tais projetos serem transportados para o todo nacional, até mesmo quando, aí sim, têm toda a projeção dos meios de comunicação social nacional e são apresentados como grandes inovações! (ETI, TIC, Bufetes escolares, Língua Estrangeira no 1.º ciclo, Educação artística, Prevenção Rodoviária, etc.)

Falo de projetos que atravessam a Educação, as necessidades educativas especiais, a qualificação profissional. Projetos que garantem competências que as notas não avaliam, mas que o cidadão do futuro vai exhibir e com elas vai construir uma sociedade melhor.

Numa visão encorajadora e de confiança nas capacidades dos nossos alunos, dos nossos professores e das nossas escolas. De confiança no aumento do apoio que as famílias podem e devem garantir aos seus educandos. De certeza e de serenidade relativamente ao facto de considerarmos estar a cumprir com a parcela de construção do sucesso que cabe aos governos assegurar: as instalações escolares, os laboratórios, os meios tecnológicos, os professores colocados, a garantia de apoio não-docente, os transportes escolares, a

alimentação saudável, a ação social educativa como factor que conduz ao reequilíbrio económico das famílias, a Escola a Tempo Inteiro, os projetos de enriquecimento curricular, o fomento das línguas estrangeiras, a educação desportiva e artística, a integração profissional, as novas oportunidades, a dupla certificação académica e profissional, etc., etc.

Mas mais uma vez nesta matéria não temos dúvida de que temos a obrigação de ser coerentes com as nossas próprias exigências. Não podemos julgar a Escola e os alunos à luz de *rankings* de escolas, construídos com base nos resultados escolares que os alunos obtêm em matérias curriculares relativas a saberes fundamentais e, simultaneamente, promover a realização de projetos de caráter transversal que funcionam como elementos que promovem a centralidade das aprendizagens para o que não será, de facto, avaliado.

Defendemos o princípio da não dispersão curricular (já basta julgar os professores e as escolas serem julgadas por aquilo que não é a sua missão. Há que se definir claramente o que é a Escola e o que dela esperamos).

Senhor Presidente

Senhores deputados

Não vou pelo caminho (que parece dominar as intervenções públicas e publicadas), que não se cansa de afirmar, sem fundamento, que somos os piores do país, que os nossos alunos são maus, que os

professores não têm qualidade, que as nossas escolas não prestam, etc.

Vou antes no sentido do reconhecimento público pelo esforço que tem sido feito nas nossas escolas, pelos professores e pelos alunos, para melhorar um panorama que não nos agrada, mas que só nos envergonharia se notássemos comodismo e conformismo. Pelo contrário, vejo trabalho, empenhamento e vontade de melhorar.

[ADD + ECD]

Razão que nos anima num momento em que trabalhamos na avaliação do desempenho docente e no estatuto da carreira docente. O trabalho nesta matéria será sempre norteado pelos princípios do diálogo e da negociação. Não nos desviaremos desse rumo – mesmo em presença de manobras para granjear protagonismos imerecidos.

[DRPRI – Rede escolar]

No quadro de grandes restrições e rigoroso controlo orçamental que atravessamos impõe-se também um planeamento rigoroso e criterioso. Não só para garantir que se faz, com os poucos recursos disponíveis, exatamente o fundamental e mais urgente, como para ter presente e preparada toda a carteira de necessidades para carrear para o terreno quando a situação financeira se inverter ou quando e se se proporcionar uma oportunidade de investimento.

São estes momentos de maior dificuldade nos enquadramentos financeiros que mais valorizam o trabalho de planeamento. A verdade é que o facto de não haver disponibilidades para obras não

impede nem torna desnecessária a programação a par da manutenção dos equipamentos já construídos. Daí que se avançará decididamente, e com maior força que nunca, nesta área. Criando instrumentos de planeamento que preparem tudo para o momento em que a oportunidade financeira se revele.

Refiro-me à criação de uma **Carta Educativa Regional** e a criação de instrumentos sobre bases de dados que elenquem todas as necessidades da rede escolar, desportiva e da juventude.

A rede escolar será assim objeto de uma constante atualização que nos permitirá, ano a ano, em face das circunstâncias, gerir as necessidades de cada lugar de cada população estudantil. O princípio que nos orientará será o de fazer chegar o serviço de Educação com qualidade a todas as populações, mas de uma forma criteriosa, que nos permita disponibilizar recursos para os que mais precisam.

[Apoios Sociais]

Discutir a exequibilidade do Programa de Governo nas condições atuais é extremamente complicado. Principalmente quando a matéria tem a ver com recursos e com apoios sociais. Nestas matérias, onde se sabe que as necessidades só podem crescer (sem contarmos com os custos acrescidos dos serviços por via do aumento do IVA – por exemplo, as **refeições** adquiridas ao mercado deixaram de ser taxadas a 9% para passarem a 16%, em Janeiro, e para 22% em Abril) pouco ou mais poderemos fazer que não seja evitar que se quebrem os serviços prestados anteriormente. Para isso, haverá mais despesa, forçosamente e conseqüentemente as famílias sentirão

mais necessidades de apoio, devido à sua situação económico social e ao agravamento dos preços dos serviços.

Nos **transportes**, os custos crescerão bem acima da inflação, por necessidade de ajuste do setor. Mais despesa para quem terá de garantir o acesso à escola de todos os alunos, esbatendo diferenças sociais e de local de residência. A transformação dos circuitos especiais (aluguer) em carreiras públicas (modelo passe) deverá continuar, e passar a ser adotada onde não exista.

Os **livros e manuais** escolares estarão salvaguardados, prevendo-se alterações de custos em linha com a inflação. Serão implementados pelas Escolas os modelos já desenvolvidos (e disponíveis na plataforma da comunidade) no âmbito da reutilização dos manuais.

[Equipamentos / Instalações]

Ultrapassada a fase de investimentos em novas estruturas, torna-se relevante a manutenção e aproveitamento máximo das existentes. Mas, para isso é necessário rentabilizar e maximizar. Aproximar-se do modelo do utilizador-pagador e garantir a manutenção infra-estrutural. Realçamos a manutenção dos equipamentos (máquinas e não só), espaços, vedações e coberturas. E o investimento em alternativas energéticas (aquecimento solar e térmico – bombas de calor) nas piscinas e balneários.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Mas se há algo que os últimos tempos nos mostram é a importância dos mecanismos de discussão e decisão política, da sua capacidade para representar o interesse de todos, da eficácia com que conseguem responder a problemas colectivos. Por muito fortes que sejam os ventos adversos, é na capacidade política de diálogo e decisão que encontraremos as vias para a solução dos nossos problemas. A nossa obrigação não é agir e decidir nas condições que escolhemos ou que preferimos. **O nosso compromisso é o de agir e decidir nas condições que existem e que muitas vezes não dependem das nossas escolhas.** Não podemos delegar esta tarefa.

Fico

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Ao dispôr de Vossas Excelências para os esclarecimentos que entendam solicitar.

Secretário regional da Educação e Recursos Humanos

Jaime Manuel Freitas

14 de março de 2012